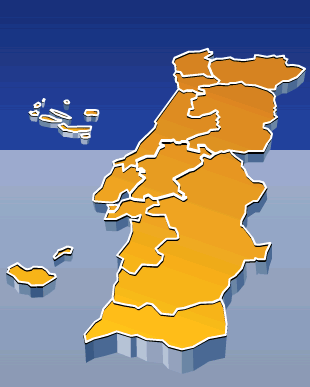


**INFORME LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN IBEROAMÉRICA 2011**

**INFORME NACIONAL – PORTUGAL**



Eduardo Pereira – Presidente do Conselho Pedagógico do IST

João Patrício - Área de Estudos e Planeamento do IST

Rui Mendes - Área de Estudos e Planeamento do IST

ÍNDICE

[Capítulo 1 - Acesso ao Ensino Superior 6](#_Toc290662650)

[1 - Evolução da matrícula de formação graduada 6](#_Toc290662651)

[2 - Evolução da matrícula de estudos pós-graduados 7](#_Toc290662652)

[3 - Distribuição de matrículas entre os níveis Universitário e Politécnico 7](#_Toc290662653)

[4 - Distribuição de matrículas total segundo as áreas de educação e formação por género 8](#_Toc290662654)

[5 - Distribuição de matrículas por ensino superior público e privado 8](#_Toc290662655)

[6 - Distribuição de matrículas total segundo as áreas de educação e formação 9](#_Toc290662656)

[7 - Distribuição social da matrícula segundo a classe social 9](#_Toc290662657)

[8 - Modificações recentes nas políticas e procedimentos de acesso ao Ensino Superior 9](#_Toc290662658)

[9 - Tendências do acesso ao ensino superior 11](#_Toc290662659)

[Capítulo 2 - Infra-estruturas institucionais do Ensino Superior 12](#_Toc290662660)

[1 - Evolução do número total de Instituições de Ensino Superior 12](#_Toc290662661)

[2 - Evolução do número de Instituições de Ensino Universitário e Politécnico 13](#_Toc290662662)

[3 - Evolução do número de Instituições de Ensino Público e Privado 13](#_Toc290662663)

[4 - Evolução do número de cursos oferecidos pelas Instituições Universitárias Públicas e Privadas 13](#_Toc290662664)

[5 - Modificações recentes nas normas e práticas de criação e reconhecimento oficial de instituições de ensino superior 14](#_Toc290662665)

[6 - Tendências da evolução e modificações na plataforma institucional de ensino superior 16](#_Toc290662666)

[Capítulo 3 - Pessoal Docente 17](#_Toc290662667)

[1 - Número de docentes no ensino superior 17](#_Toc290662668)

[2 - Docentes no ensino universitário segundo o grau 17](#_Toc290662669)

[3 - Descrição e avaliação das principais tendências do desenvolvimento do corpo docente 18](#_Toc290662670)

[Capítulo 4 - Garantia da qualidade no ensino superior 19](#_Toc290662671)

[1 - Breve descrição da organização do Sistema Nacional de Garantia de Qualidade do Ensino Superior 19](#_Toc290662672)

[2 - Número de universidades e instituições de ensino superior e cursos de graduação e pós-graduação acreditados 20](#_Toc290662673)

[3 - Modificações recentes na legislação, procedimentos e práticas de manutenção da qualidade 20](#_Toc290662674)

[4 - Tendências da evolução do sistema de garantia de qualidade do ensino superior 21](#_Toc290662675)

[Capítulo 5 - Resultados do Ensino Superior 22](#_Toc290662676)

[1 - População adulta com formação superior 22](#_Toc290662677)

[2 - Evolução do número de diplomados do Ensino Superior 22](#_Toc290662678)

[3 - Evolução do número de graduados do Ensino Superior por tipo de ensino 23](#_Toc290662679)

[4 - Evolução do número de graduados do Ensino Superior por subsistema de ensino 23](#_Toc290662680)

[5 - Evolução do número de graduados do Ensino Superior por áreas de conhecimento 24](#_Toc290662681)

[6 - Taxas de sucesso e abandono no Ensino Superior 24](#_Toc290662682)

[7 - Descrição e avaliação das principais modificações e tendências nos diplomados do ensino superior 24](#_Toc290662683)

[8 - Os diplomados e o mercado de trabalho 25](#_Toc290662684)

[Capítulo 6 - Governo e Gestão das Universidades 27](#_Toc290662685)

[1 - Breve descrição do sistema de governo do ensino superior 27](#_Toc290662686)

[2 - Breve descrição e avaliação das formas de governo e gestão das instituições de ensino superior 27](#_Toc290662687)

[Capítulo 7 - Financiamento do sistema de ensino superior 30](#_Toc290662688)

[1 - Breve descrição do esquema nacional de financiamento do ensino superior e ID&I e a sua evolução recente 30](#_Toc290662689)

[2 - Despesa anual, pública e privada no ensino superior em % do PIB 32](#_Toc290662690)

[3 - Modalidades de atribuição dos recursos públicos às instituições de ensino superior públicas 32](#_Toc290662691)

[4 - Descrição e quantificação de outras fontes de financiamento das universidades públicas 33](#_Toc290662692)

[5 - Esquemas de financiamento de Bolsas e créditos estudantis 33](#_Toc290662693)

[6 - Modificações recentes nas modalidades de financiamento das Instituições de Ensino Superior 34](#_Toc290662694)

[7 - Financiamento público de instituições de ensino superior privadas 34](#_Toc290662695)

[8 - Análise das tendências e evolução dos modelos de financiamento do ensino superior. 34](#_Toc290662696)

[Capítulo 8 - Síntese geral 35](#_Toc290662697)

[Capítulo 9 - BIBLIOGRAFIA 36](#_Toc290662698)

**Índice de Tabelas**

[Tabela 1 - Evolução anual da matrícula de formação graduada 6](#_Toc290662020)

[Tabela 2 - Evolução anual da matrícula de formação pós-graduada 7](#_Toc290662021)

[Tabela 3 - Evolução anual da matrícula, segundo o tipo de ensino 7](#_Toc290662022)

[Tabela 4 - Evolução dos matriculados por área do conhecimento, segundo o género 8](#_Toc290662023)

[Tabela 5 - Evolução anual da matrícula, segundo a natureza de ensino 8](#_Toc290662024)

[Tabela 6 – Evolução do número total de Estabelecimentos de Ensino Superior 12](#_Toc290662025)

[Tabela 7 - Evolução do número total de Estabelecimentos de Ensino Superior, segundo o tipo de ensino 13](#_Toc290662026)

[Tabela 8 - Evolução do número total de Estabelecimentos de Ensino Superior, segundo a natureza de ensino 13](#_Toc290662027)

[Tabela 9 – Evolução do número de cursos de formação graduada 14](#_Toc290662028)

[Tabela 10 - Número de Docentes total segundo o tipo de instituição 17](#_Toc290662029)

[Tabela 11 - Distribuição dos docentes segundo Grau (Ensino Público) 17](#_Toc290662030)

[Tabela 12 - % da população adulta (mais de 15 anos) com formação superior 22](#_Toc290662031)

[Tabela 13 - Evolução anual do número de diplomados do ensino superior, segundo o grau 22](#_Toc290662032)

[Tabela 14 – Evolução anual do número de diplomados do ensino superior, segundo o tipo de ensino 23](#_Toc290662033)

[Tabela 15– Evolução anual do número de diplomados do ensino superior, segundo a natureza de ensino 23](#_Toc290662034)

Acesso ao Ensino Superior

Neste capítulo consideram-se as matrículas totais por grau, natureza de ensino e domínio de conhecimento, incluindo não só os matriculados de 1º ano, 1ª vez, mas todos os matriculados.

A formação inicial em Portugal divide-se, actualmente, nos graus de licenciado (1º ciclo) e mestrado (2º Ciclo) e doutoramento (3º Ciclo), ISCED 5B, 5A e 6 respectivamente. O Mestrado Integrado corresponde aos cursos com 1º e 2º Ciclo integrado, licenciatura e mestrado conjuntos. Estas alterações decorreram da implementação do Processo de Bolonha e levaram à extinção das antigas licenciaturas (ISCED 5A), Bacharelatos (ISCED 5B) e Mestrados (ISCED 6). As instituições universitárias podem ministrar todos os ciclos de estudos e as instituições politécnicas não podem conceder os graus de doutoramento, ou seja, ministrar cursos pós-graduados de 3º ciclo.

Evolução da matrícula de formação graduada

A evolução global do número de matriculados de 1º ciclo sofreu uma diminuição entre 2005 e 2010. Já as matrículas em Licenciaturas de 1º ciclo e Mestrados Integrados cresceram durante todo o período analisado, as restantes matrículas apresentam um decréscimo acentuado que resulta da reformulação dos Graus decorrente do Processo de Bolonha.

Tabela - Evolução anual da matrícula de formação graduada

| Ano | Bach. | Lic. | Comp. de Form. | Lic. - 1.º ciclo | Mest. Int.[[1]](#footnote-1) | Total |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 2005 | 4888 | 345017 | 9.113 | n.d. | n.d. | 359.018 |
| 2006 | 4068 | 331858 | 5.569 | n.d. | n.d. | 341.495 |
| 2007 | 2740 | 225665 | 3.041 | 90035 | 18326 | 339.807 |
| 2008 | 600 | 76579 | 1.914 | 206899 | 47525 | 333.517 |
| 2009 | 232 | 24051 | 920 | 237250 | 56558 | 319.011 |
| 2010 | 9 | 3715 | 353 | 252655 | 60657 | 317.389 |

Fonte: PORDATA-GPEARI/MCTES - DIMASRAIDES

Evolução da matrícula de estudos pós-graduados

A evolução do número de matriculados em estudos pós-graduados, em Portugal, apresentou um significativo crescimento nos últimos 5 anos em todas as categorias, nomeadamente em Doutoramentos e Mestrados. Este crescimento, a partir de 2008, ao nível dos Mestrados, deve-se em particular à reformulação dos ciclos de estudos, a criação de Mestrados de 2º ciclo, equivalentes ao novo ISCED 5A.

Tabela - Evolução anual da matrícula de formação pós-graduada

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Mestrado | Especializações | Doutoramento | Total |
| 2005 | 11.422 | 3509 | 6988 | 35.346 |
| 2006 | 12.007 | 5305 | 8505 | 39.830 |
| 2007 | 11608 | 5729 | 9585 | 40.537 |
| 2008 | 27204 | 4852 | 11344 | 72.612 |
| 2009 | 35541 | 5021 | 13429 | 91.541 |
| 2010 | 44752 | 5109 | 16377 | 113.000 |

Fonte: GPEARI/MCTES - DIMASRAIDES

Distribuição de matrículas entre os níveis Universitário e Politécnico

No Sistema de Ensino Superior Português, os estabelecimentos de Ensino Politécnico estão habilitados a conferir os graus de nível 5B e 5A, e os de Ensino Universitário, para além destes, conferem também os graus de nível 6.

Apesar das ligeiras flutuações no número de matriculados, este tem-se mantido relativamente constante nos dois tipos de ensino, realçando-se a predominância do ensino superior universitário face ao politécnico.

Tabela - Evolução anual da matrícula, segundo o tipo de ensino

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ano | Universitário | Politécnico | Total |
| 2005 | 241054 | 139883 | 380937 |
| 2006 | 233315 | 133997 | 367312 |
| 2007 | 230108 | 136621 | 366729 |
| 2008 | 237219 | 139698 | 376917 |
| 2009 | 236220 | 136782 | 373002 |
| 2010 | 243980 | 139647 | 383627 |

Fonte: GPEARI/MCTES - DIMASRAIDES

Distribuição de matrículas total segundo as áreas de educação e formação por género

Em termos globais, pode verificar-se ao longo destes 5 anos que existiu um decréscimo no número absoluto de matriculados do sexo masculino face ao acréscimo verificado nos matriculados do sexo feminino. As mulheres são predominantes em todas as áreas excepto em:

* Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção,
* Ciências, Matemática e Informática
* Serviços.

Tabela - Evolução dos matriculados por área do conhecimento, segundo o género

| Área do Conhecimento |  | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Educação | m | 27646 | 21581 | 17622 | 16198 | 15667 | 17173 |
| h | 5259 | 4672 | 3759 | 3163 | 2886 | 3577 |
| Artes e Humanidades | m | 20280 | 19144 | 18230 | 18937 | 18219 | 19062 |
| h | 12436 | 12462 | 12856 | 13884 | 13951 | 15125 |
| Ciências Sociais, Comércio e Direito | m | 71286 | 68777 | 68284 | 69691 | 69183 | 70677 |
| h | 48116 | 46920 | 48925 | 50714 | 50120 | 51249 |
| Ciências, Matemática e Informática | m | 14181 | 13252 | 12904 | 13707 | 12787 | 12980 |
| h | 14847 | 13562 | 13816 | 14641 | 14624 | 15096 |
| Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção | m | 21599 | 20739 | 20543 | 21.187 | 20.946 | 21592 |
| h | 61480 | 59880 | 61258 | 62.854 | 61.699 | 63085 |
| Agricultura | m | 4251 | 3947 | 3887 | 4.189 | 3.864 | 3872 |
| h | 3525 | 3098 | 3052 | 3.568 | 3.218 | 3152 |
| Saúde e Protecção Social | m | 42446 | 45268 | 46443 | 47944 | 48037 | 48373 |
| h | 12755 | 13446 | 14156 | 14445 | 14372 | 14155 |
| Serviços | m | 10364 | 10084 | 9995 | 9887 | 10299 | 10747 |
| h | 10466 | 10480 | 10999 | 11908 | 13130 | 13712 |
| Total | m | 212.053 | 202792 | 197908 | 201740 | 199002 | 204476 |
| h | 168.884 | 164520 | 168821 | 175177 | 174000 | 179151 |

Fonte: GPEARI/MCTES - DIMASRAIDES

Distribuição de matrículas por ensino superior público e privado

O número de matriculados no ensino superior Privado, ao contrário do Público, reflecte um decréscimo substancial.

Tabela - Evolução anual da matrícula, segundo a natureza de ensino

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ano | Público | Privado | Total |
| 2005 | 282273 | 98664 | 380937 |
| 2006 | 275521 | 91791 | 367312 |
| 2007 | 275321 | 91408 | 366729 |
| 2008 | 284333 | 92584 | 376917 |
| 2009 | 282438 | 90564 | 373002 |
| 2010 | 293828 | 89799 | 383627 |

Fonte: GPEARI/MCTES - DIMASRAIDES

Distribuição de matrículas total segundo as áreas de educação e formação

As áreas de educação e formação predominantes em 2010 são Ciências Sociais, Comércio e Direito e Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção. Em termos de variação de 2005 a 2010, identifica-se um decréscimo acentuado na área de Educação e um acréscimo acentuado na Saúde e Protecção Social. Todas as restantes mantiveram-se relativamente estáveis.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
| Educação | 32905 | 26253 | 21381 | 19361 | 18553 | 20750 |
| Artes e Humanidades | 32716 | 31606 | 31086 | 32821 | 32170 | 34187 |
| Ciências Sociais, Comércio e Direito | 119402 | 115697 | 117209 | 120405 | 119303 | 121926 |
| Ciências, Matemática e Informática | 29028 | 26814 | 26720 | 28348 | 27411 | 28076 |
| Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção | 83079 | 80619 | 81801 | 84.041 | 82.645 | 84677 |
| Agricultura | 7776 | 7045 | 6939 | 7.757 | 7.082 | 7024 |
| Saúde e Protecção Social | 55201 | 58714 | 60599 | 62389 | 62409 | 62528 |
| Serviços | 20830 | 20564 | 20994 | 21795 | 23429 | 24459 |
| Total | 380.937 | 367312 | 366729 | 376917 | 373002 | 383627 |

Distribuição social da matrícula segundo a classe social

Indicador em falta.

Modificações recentes nas políticas e procedimentos de acesso ao Ensino Superior

O sistema de acesso ao Ensino Superior em Portugal passou recentemente por um conjunto de modificações associadas à construção do espaço europeu de ensino superior, integrado no Processo de Bolonha, e que estão relacionadas com a equivalência europeia dos cursos.

O acesso ao Ensino Superior Público em Portugal está dependente da fixação de um tecto máximo de vagas (Decreto-lei n,º 90/2008). Estas vagas são definidas pelas instituições de Ensino Superior, dentro de parâmetros definidos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior a quem compete a aprovação das mesmas, bem como da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) e dos Ministérios de Tutela no caso de instituições de Dupla Tutela.

Estão habilitados a candidatar-se ao Ensino Superior:

* todos os estudantes que possuam o curso do Ensino Secundário completo ou equivalente (segundo o Decreto-Lei N.º 296-A/98 de 25 de Setembro, alterado pela Lei N.º 115/97 de 19 de Setembro e pela Lei N.º 49/2005 de 30 de Agosto),
* candidatos com idade superior a 23 anos que façam prova de capacidade de frequência através da realização de provas específicas realizadas pelas instituições de Ensino Superior (Decreto-Lei N.º 64/2006 de 21 de Março, alterando a modalidade anterior, definida pelo Decreto-Lei n.º 393-B/99 de 2 de Outubro, que permitia o acesso especial a maiores de 25 anos)
* titulares de qualificações pós-secundárias apropriadas. (Lei N.º 49/2005 de 30 de Agosto)

Em 2007, como Decreto-Lei n.º40/2007 foi criado um regime especial de acesso para o Curso de Medicina para candidatos já licenciados.

A admissão ao Ensino Superior está dependente da aprovação num curso de ensino secundário e das provas de ingresso para o curso a que se candidatam, bem como da satisfação de pré-requisitos, caso existam. No período em análise (2005-2010) não se verificaram alterações no cálculo da nota de candidatura. Desde 1999, o cálculo é efectuado com base em, pelo menos, 50% da nota do ensino secundário, pelo menos, 35% das provas de ingresso e, no máximo, com um peso de 15% de pré requisitos.

Todos os candidatos estão dependentes de uma classificação mínima de ingresso fixada pela instituição. A exigência de uma classificação mínima nos últimos anos sofreu algumas alterações, passando de uma situação opcional (Decreto-Lei N.º 28-B/96 de 4 de Abril) para uma obrigatoriedade (Decreto-Lei N.º 296-A/98 de 25 de Setembro), sendo definida na escala de 0 a 200. Com o Decreto-Lei N.º 26/2003 de 7 de Fevereiro, a classificação mínima de ingresso passa a não poder ser inferior a 95 pontos (em vigor a partir de 2005), mantendo-se com o Decreto-Lei n.º 90/2008.

Ilustração - Cálculo da nota de ingresso e nota mínima de acesso

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Anos | Diploma Legal | Classificação Mínima | Nota de Candidatura |
| > 2005 | Decreto-Lei  N.º 26/2003  Decreto-Lei  N.º90/2008 | Entre 0 e 200, no mínimo 95 pontos. | ≥ 50% Classificação do Ensino Secundário  +  ≥ 35% Classificação das provas de ingresso  +  ≤ 15% Pré-Requisitos |

O processo de acesso ao Ensino Superior Público é centralizado e conduzido pela CNAES, pertencente à Direcção geral de Ensino Superior. Os candidatos escolhem até 6 pares (estabelecimento de ensino/curso), ordenadas por preferência, sendo que em caso de impossibilidade de ingresso numa opção é seleccionada a seguinte. O tratamento dos candidatos é sempre efectuado com base nesta escolha.

No Ensino Superior Público Politécnico, os estudantes das áreas de influência, ou seja, da região definida como de influência da instituição, têm reservado para si até 50% das vagas (Preferência Regional). Estão também abrangidas por condições específicas de acesso as instituições de ensino superior das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No referente ao Ensino Superior Não Público o acesso é dirigido e controlado por cada instituição, cumprindo os mesmos requisitos de acesso, exceptuando na centralização da candidatura. Desta forma, os interessados dirigem-se particularmente à instituição dependendo exclusivamente, da aceitação por parte da instituição e do cumprimento dos requisitos gerais de acesso.

Tendências do acesso ao ensino superior

Em redacção, dependente do(s) indicador(es) em falta. Será enviado em breve.

Infra-estruturas institucionais do Ensino Superior

O Sistema de Ensino Superior em Portugal está organizado em instituições de natureza pública e privada, e institucionalmente em Universidades (Ensino Universitário) que têm uma *orientação para a investigação e criação do saber, visando assegurar uma sólida preparação científica e cultural. Visa assegurar o desenvolvimento das capacidades de concepção, de inovação e análise crítica*, e em Institutos Politécnicos, vocacionados *para a investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos. Visa assegurar conhecimentos de índole teórico-práticos e sua aplicação com vista ao exercício de actividades profissionais*, (Ensino Superior Politécnico). Cada instituição, Universitária ou Politécnica, Pública ou Privada, pode ser constituída por mais do que uma *unidade orgânica,* ou seja, por diversas escolas, faculdades ou institutos da sua pertença.

As instituições de ensino superior têm autonomia pedagógico-científica para ministrar cursos conferentes de grau, distinguindo-se ao nível da atribuição de graus do 3º ciclo, reservados unicamente às instituições universitárias.

Evolução do número total de Instituições de Ensino Superior

Como se pode constatar na figura abaixo, identifica-se uma redução do número total de estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal.

Tabela – Evolução do número total de Estabelecimentos de Ensino Superior

|  |  |
| --- | --- |
| Ano | Nº |
| 2005 | 168 |
| 2006 | 166 |
| 2007 | 162 |
| 2008 | 148 |
| 2009 | 146 |

Nota: refere-se a número de estabelecimentos de ensino (informação referente ao 2º nível de desagregação ainda não disponível – unidade orgânica)

Evolução do número de Instituições de Ensino Universitário e Politécnico

Na sequência da análise anterior, identifica-se uma redução no número de estabelecimentos de ensino superior em ambos os subsistemas de ensino, mais acentuadamente no Ensino Politécnico.

Tabela - Evolução do número total de Estabelecimentos de Ensino Superior, segundo o tipo de ensino

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ano | Universitário | Politécnico |
| 2005 | 65 | 103 |
| 2006 | 66 | 100 |
| 2007 | 65 | 97 |
| 2008 | 59 | 89 |
| 2009 | 59 | 87 |

Nota: refere-se a número de estabelecimentos de ensino (informação referente ao 2º nível de desagregação ainda não disponível – unidade orgânica)

Evolução do número de Instituições de Ensino Público e Privado

A tendência deste ponto é semelhante aos dois anteriores, verificando-se um decréscimo mais elevado no número de estabelecimentos de ensino superior privado.

Tabela - Evolução do número total de Estabelecimentos de Ensino Superior, segundo a natureza de ensino

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ano | Público | Privado |
| 2005 | 53 | 115 |
| 2006 | 53 | 113 |
| 2007 | 52 | 110 |
| 2008 | 49 | 99 |
| 2009 | 46 | 100 |

Nota: refere-se a número de estabelecimentos de ensino (informação referente ao 2º nível de desagregação ainda não disponível – unidade orgânica)

Evolução do número de cursos oferecidos pelas Instituições Universitárias Públicas e Privadas

De acordo com o número de vagas estabelecido em cada ano pela Direcção Geral de Ensino Superior, registou-se até 2008 uma tendência de decréscimo no número de programas oferecidos, tendência esta contrariada em 2009, reflectindo as alterações nos ciclos de estudo provenientes da implementação do Processo de Bolonha.

Tabela – Evolução do número de cursos de formação graduada

|  |  |
| --- | --- |
| Ano | Nº |
| 2005 | 1745 |
| 2006 | 1770 |
| 2007 | 1696 |
| 2008 | 1655 |
| 2009 | 1764 |

Nota: informação referente a cursos oferecidos por Instituições Públicas e Privadas, Universitárias e Não Universitárias com vagas definidas no respectivo ano lectivo (aguardamos informação mais discriminada e informação sobre os cursos de formação pós.graduada)

Modificações recentes nas normas e práticas de criação e reconhecimento oficial de instituições de ensino superior

A criação de instituições de Ensino Superior requer a aceitação, reconhecimento e acreditação do Estado do interesse público da instituição (Lei n.º 62/2007). Deste modo a criação de uma instituição pública é realizada por Decreto-Lei e tem de obedecer ao ordenamento nacional da rede de ensino superior e ter em consideração a sua necessidade e sustentabilidade.

Os estabelecimentos de ensino superior privados podem ser criados por entidades que revistam a forma jurídica de fundação, associação ou cooperativa constituídas especificamente para esse efeito, bem como por entidades de natureza cultural e social sem fins lucrativos que incluam o ensino superior entre os seus fins. Podem também ser criados por empresas, desde que constituídas especificamente para esse efeito. Estas têm de ser comunicadas e reconhecidas enquanto entidades de utilidade pública pelo ministério da tutela. Estas entidades devem preencher requisitos de idoneidade institucional e de sustentabilidade financeira, oferecendo, obrigatoriamente, garantias patrimoniais ou seguros julgados suficientes.

Para um estabelecimento de ensino superior ministrar cursos conferentes de grau superior, é necessário o cumprimento dos requisitos mínimos de funcionamento e a obedecer a critérios Europeus de qualidade (Lei N.º 74/2006), em Portugal a avaliação e acreditação das instituições e cursos é realizada pela A3ES - Agência de avaliação e acreditação do ensino superior (Lei n.º 38/2007).

Os critérios e requisitos necessários à abertura de uma instituição de ensino superior são:

* Dispor de um projecto educativo, científico e cultural;
* Dispor de instalações e recursos materiais apropriados à natureza do estabelecimento em causa, designadamente espaços lectivos, equipamentos, bibliotecas e laboratórios adequados aos ciclos de estudos que visam ministrar;
* Dispor de uma oferta de formação compatível com a natureza, universitária ou politécnica, do estabelecimento em causa;
* Dispor de um corpo docente próprio, adequado em número e em qualificação à natureza do estabelecimento e aos graus que está habilitado a conferir;
* Assegurar a autonomia científica e pedagógica do estabelecimento, incluindo a existência de direcção científica e pedagógica do estabelecimento, das unidades orgânicas, quando existentes, e dos ciclos de estudos;
* Assegurar a participação de docentes, investigadores e estudantes no governo do estabelecimento;
* Ser garantido o elevado nível pedagógico, científico e cultural do estabelecimento;
* Assegurar serviços de acção social;
* Assegurar a prestação de serviços à comunidade.

Especificamente, as universidades devem ainda ter como requisitos a autorização para ministrar pelo menos 6 ciclos de estudos de licenciatura, 6 ciclos de estudos de mestrado e um ciclo de estudos de doutoramento. Devem dispor do corpo docente e instalações específicas (Capitulo III, Lei n.º 62/2007). As instituições politécnicas devem integrar, pelo menos, duas escolas de áreas diferentes e ministrar pelo menos quatro ciclos de estudos de licenciatura.

A transmissão, a integração e a fusão dos estabelecimentos de ensino superior privados devem ser comunicadas previamente ao ministro da tutela, podendo o respectivo reconhecimento ser revogado com fundamento na alteração dos pressupostos e circunstâncias subjacentes à atribuição do reconhecimento de interesse público.

O desenvolvimento e criação de Unidades Orgânicas, pertencentes a uma instituição, parte da decisão dos órgãos dirigentes da mesma, sendo comunicada ao MCTES (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) para a avaliação da proposta.

Tendências da evolução e modificações na plataforma institucional de ensino superior

Em redacção, dependente do(s) indicador(es) em falta. Será enviado em breve.

Pessoal Docente

Número de docentes no ensino superior

Globalmente, pode identificar-se uma redução no número de docentes em todos os tipos de instituição, quer no que concerne à tipologia de ensino, quer à sua natureza. Apesar do decréscimo geral, estes valores têm-se mantido relativamente estáveis, com poucas oscilações.

Tabela - Número de Docentes total segundo o tipo de instituição

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | Público | Privado | Universitário | Politécnico | Total |
| 2005 | 26214 | 11220 | 22068 | 15366 | 37434 |
| 2006 | 25415 | 10654 | 21398 | 14671 | 36069 |
| 2007 | 24831 | 10347 | 20938 | 14240 | 35178 |
| 2008 | 24728 | 10652 | 20985 | 14395 | 35380 |
| 2009 | 25092 | 11123 | 21702 | 14513 | 36215 |

Docentes no ensino universitário segundo o grau

Os dados disponíveis apenas referentes ao Ensino Universitário Público permitem identificar um aumento no número relativo de docentes doutorados (cerca de 8%), concomitantemente com o decréscimo verificado nas outras categorias (excepto em Outros, que se refere aos pós-Doutorados, entre outros).

Tabela - Distribuição dos docentes segundo Grau (Ensino Público)

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Grau | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
| Doutor | 53,6% | 56,3% | 59,8% | 61,8% |
| Mestre | 17,1% | 15,6% | 13,7% | 12,2% |
| Licenciado | 22,3% | 20,8% | 19,3% | 18,7% |
| Bacharel | 0,4% | 0,4% | 0,3% | 0,2% |
| Outro | 6,6% | 6,8% | 6,9% | 7,1% |

Descrição e avaliação das principais tendências do desenvolvimento do corpo docente

A dimensão do corpo docente nas instituições de Ensino Superior em Portugal tem diminuído ligeiramente, resultado das políticas de contracção orçamental por parte do Estado, e respectiva diminuição de transferência de verbas do Orçamento de Estado para o funcionamento das Universidades.

Os mapas de pessoal das universidades e condicionalismo legal de aproximação do número de docentes ETI ao valor padrão, tem colocado algumas dificuldades em ultrapassar a progressão profissional nos docentes, fulcral no caso dos Assistentes, que sem lugar possível previsto no quadro (carreira), são compelidos a deixar a universidade.

A publicação do novo Estatuto da Carreira de Docente Universitário (Decreto-Lei 205/2009 de 31 de Agosto) veio também provocar algumas alterações na dinâmica de avaliação dos docentes, nomeadamente, obrigando as instituições a introduzir critérios mais objectivos quer na contratação, quer na avaliação dos mesmos.

Existe também uma problemática emergente no quadro das instituições de ensino superior em Portugal no que concerne aos docentes, um grau de mobilidade extremamente reduzido, criando a denominada endogamia, processo pelo qual os docentes formados na universidade absorvem a quase totalidade de lugares disponíveis para a docência. Este é um reflexo cultural também do país, onde nas mais diversas áreas a propensão para a mobilidade no território nacional é reduzida.

Garantia da qualidade no ensino superior

Breve descrição da organização do Sistema Nacional de Garantia de Qualidade do Ensino Superior

O sistema de garantia de qualidade do Ensino Superior Português sofreu recentemente modificações estruturais, acompanhando as próprias alterações do Sistema de Ensino Superior. Estas alterações estão enquadradas no Processo de Bolonha e na construção do Espaço Europeu de Ensino Superior (Despacho 484/2006).

Estas modificações aplicam a avaliação em três níveis:

* Avaliação global do sistema, levado a cabo pela OCDE;
* Avaliação das práticas de Avaliação e Acreditação, levado a cabo pela ENQA;
* Avaliação Institucional que será levada a cabo pela EUA, em conjunto com a EURASHE e um conjunto de especialistas dos Estados Unidos da América e do Canadá.

A OCDE está encarregue do processo de avaliação global do sistema de ensino superior, cabendo ao Estado Português fornecer toda a informação necessária para a avaliação.

No mesmo contexto, a avaliação do Sistema de Avaliação e Acreditação português está a cargo da ENQA, que trabalha em conjunto com a A3ES, entidade responsável por esta avaliação em Portugal, assegurando que exista em Portugal um sistema de Acreditação e Avaliação que esteja ao nível dos padrões e linhas de orientação do espaço europeu, garantindo assim uma qualidade a esse nível. A obtenção deste nível de qualidade é fundamental tendo em conta a mobilidade dos alunos e professores no espaço europeu de ensino superior.

O novo regime de avaliação e acreditação, regulamentado pela Lei n.º 38/2007, que regulamenta a actividade da A3ES neste contexto, impôs a avaliação preliminar de todos os cursos de ensino superior em funcionamento. Em Portugal a acreditação dá-se ao nível dos cursos e não das instituições, estas devem garantir as condições necessárias para o funcionamento dos cursos. Na avaliação e acreditação dos mesmos são contabilizados indicadores institucionais imprescindíveis para a acreditação do curso.

Número de universidades e instituições de ensino superior e cursos de graduação e pós-graduação acreditados

Acompanhando o desenvolvimento que os sistemas de garantia da qualidade do ensino superior têm vindo a registar, em particular no espaço europeu, foi instituída pelo Estado, através do Decreto-Lei n.º 369/2007, de 5 de Novembro, a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), tendo em vista a promoção e a garantia da qualidade do ensino superior.

No horizonte dos próximos dois anos – 2010/2011 – o plano estratégico da A3ES, atendendo aos prazos impostos por lei, vai concentrar-se na criação e implementação dos instrumentos que permitem, no imediato, para além da acreditação prévia de novos ciclos de estudos, proceder à acreditação preliminar dos ciclos de estudos em funcionamento.

Só então, decorridos estes dois primeiros anos, se estará em condições de pôr em prática, na sua plenitude, o novo sistema.

*Pedidos de acreditação prévia de novos ciclo de estudos apresentados à A3ES:*

Até 15 de Dezembro de 2010, a A3ES recebeu mais 431 pedidos de acreditação prévia de novos ciclos de estudo (NCE), assim caracterizados (fonte: A3ES):

- Pedidos de acreditação prévia de NCE – 431

- Pedidos correspondentes a ensino universitário – 268

- Pedidos correspondentes a ensino politécnico – 163

- Pedidos correspondentes ao grau de Licenciado – 71

- Pedidos correspondentes ao grau de Mestre – 281

- Pedidos correspondentes ao grau de Doutor – 79

Modificações recentes na legislação, procedimentos e práticas de manutenção da qualidade

Em Portugal, desde 1994 e até 2007, a legislação de avaliação da qualidade do ensino superior manteve-se estável. Com o Processo de Bolonha em 2007 foi criado um novo regime de qualidade das instituições de ensino superior. Neste sentido, o governo aprovou um novo regime jurídico de avaliação do ensino superior (Lei nº 38/2007), que prevê a criação de um sistema de garantia da qualidade susceptível de reconhecimento internacional.

Foi neste contexto e tendo em conta o sistema europeu de garantia da qualidade do ensino superior que o Governo instituiu a Agência de Avaliação e Acreditação para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior (A3ES) (Decreto-Lei nº 369/2007). A Agência é uma fundação de direito privado, dotada de personalidade jurídica e reconhecida como de utilidade pública.

As principais alterações impostas por este regime estão relacionadas com a padronização da avaliação permitindo que todas as instituições Portuguesas tenham uma avaliação comparável com a das instituições Europeias e que garanta que os estudantes em mobilidade na europa tenham um ensino de qualidade.

Tendências da evolução do sistema de garantia de qualidade do ensino superior

O contexto da construção do Espaço Europeu de Ensino Superior, trouxe a Portugal novos desafios, tendo sofrido uma reformulação no sistema de Avaliação Académica e Institucional, passando de uma avaliação individual dos cursos para uma avaliação global assente em padrões Europeus comuns de qualidade e de códigos de boas práticas de âmbito transnacional.

A A3ES levou a cabo uma avaliação global de todos os cursos em funcionamento no ensino superior, procurando a afirmação dos cursos com os seus pares Europeus, de forma a garantir a mobilidade e a compatibilidade entre o sistema de créditos ECTS.

Os três modelos de Avaliação; global, levado a cabo pela OCDE; de avaliação das práticas de Avaliação e Acreditação, levado a cabo pela ENQA (fiscalizando a actividade da A3ES); e finalmente, a Avaliação Institucional levada a cabo pela EUA, em conjunto com a EURASHE e um conjunto de especialistas dos Estados Unidos da América e do Canadá, garantirá a Portugal a legitimação do seu sistema de ensino no contexto europeu e mundial, esperando-se um reforço do País na integração e harmonização de todos os processos de avaliação neste contexto.

Resultados do Ensino Superior

População adulta com formação superior

Constata-se que no período em análise se verifica uma evolução no numero de pessoas com formação superior, quer englobando a faixa dos 15 aos 64 anos, quer considerando todos os maiores que 15 anos. Apesar deste crescimento, Portugal mantém-se bastante abaixo da média da OCDE, que ronda aproximadamente os 37%.

Tabela - % da população adulta (mais de 15 anos) com formação superior

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Ano | > 15 anos | 15-64 anos |
| 2005 | 9,5% | 11,1% |
| 2006 | 10,1% | 11,7% |
| 2007 | 10,3% | 12,0% |
| 2008 | 10,8% | 12,7% |
| 2009 | 11,2% | 13,1% |
| 2010 | 11,8% | 13,8% |

Evolução do número de diplomados do Ensino Superior

Entre o ano 2005 e 2009 verificou-se um crescimento do número de diplomados nos cursos de Licenciatura 1º ciclo (ISCED97 – 5B), Mestrado Integrado (ISCED 5ª), Mestrado (ISCED 5A) e Doutoramento (ISCED 6).

Tabela - Evolução anual do número de diplomados do ensino superior, segundo o grau

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Ano | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Bacharelato | 13035 | 12762 | 8748 | 3230 | 762 |
| Licenciatura | 45771 | 47131 | 42939 | 24485 | 12426 |
| Complemento de Formação | 5.117 | 3.974 | 2.217 | 1.424 | 737 |
| Licenciatura - 1.º ciclo | n.d. | n.d. | 19061 | 40010 | 42514 |
| Mestrado Integrado | n.d. | n.d. | 984 | 4831 | 6782 |
| Mestrado | 3.152 | 4.248 | 5323 | 6274 | 9369 |
| Especializações | 1914 | 2619 | 2735 | 2470 | 2710 |
| Doutoramento | 998 | 1094 | 1269 | 1285 | 1267 |
| Total | 69.987 | 71828 | 83276 | 84009 | 76567 |

Fonte: GPEARI/MCTES/DIMAS/RAIDES

Os cursos de Bacharelato, Licenciatura e os Complementos de Formação sofreram um decréscimo no mesmo período. Esta tendência, resulta das reestruturações no ensino superior e extinção destes graus.

Evolução do número de graduados do Ensino Superior por tipo de ensino

No período em análise identifica-se um aumento do número de diplomados no ensino universitário, em contraste com o que se regista no ensino politécnico.

Tabela – Evolução anual do número de diplomados do ensino superior, segundo o tipo de ensino

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ano | Universitário | Politécnico | Total |
| 2005 | 36455 | 33532 | 69987 |
| 2006 | 38541 | 33287 | 71828 |
| 2007 | 46255 | 37021 | 83276 |
| 2008 | 47824 | 36185 | 84009 |
| 2009 | 48.848 | 27.719 | 76.567 |

Evolução do número de graduados do Ensino Superior por subsistema de ensino

A tendência decrescente no número de diplomados no ensino privado não se verifica no ensino público, apesar deste último ter decrescido substancialmente de 2008 para 2009.

Tabela – Evolução anual do número de diplomados do ensino superior, segundo a natureza de ensino

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Ano | Público | Privado | Total |
| 2005 | 49184 | 20803 | 69987 |
| 2006 | 50518 | 21310 | 71828 |
| 2007 | 62063 | 21213 | 83276 |
| 2008 | 64469 | 19540 | 84009 |
| 2009 | 57428 | 19139 | 76567 |

Fonte: GPEARI/MCTES/DIMAS/RAIDES

Evolução do número de graduados do Ensino Superior por áreas de conhecimento

Em todas as áreas de conhecimento existiu um crescimento no número de diplomados, excepto na Educação, acompanhando o decréscimo de matriculados na mesma área, e reproduzindo um pouco a tendência nacional de baixa empregabilidade no sector.

Em termos de variação, regista-se um aumento mais substancial na área de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Área de Conhecimento | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
| Educação | 10250 | 8939 | 7260 | 5398 | 4716 |
| Artes e Humanidades | 6144 | 6135 | 7106 | 7474 | 6317 |
| Ciências Sociais, Comércio e Direito | 19615 | 20919 | 25122 | 23525 | 22487 |
| Ciências, Matemática e Informática | 4694 | 4314 | 5308 | 6294 | 5352 |
| Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção | 10021 | 10189 | 15658 | 17037 | 15018 |
| Agricultura | 1359 | 1228 | 1419 | 2046 | 1471 |
| Saúde e Protecção Social | 13492 | 15662 | 16583 | 17398 | 16224 |
| Serviços | 4412 | 4442 | 4820 | 4837 | 4982 |
| Total | 69987 | 71828 | 83276 | 84009 | 76567 |

Fonte: GPEARI/MCTES/DIMAS/RAIDES

Taxas de sucesso e abandono no Ensino Superior

A última informação oficial disponível sobre índices de sucesso data de 2005/2006. Neste momento estamos a proceder ao cálculo interno destas taxas.

Informações relativas à “completion rate” (Fonte: OECD), definem que a taxa global de conclusão típica dos cursos de ISCED 5 (ingresso – 2003; finalização – 2008) em Portugal se situa na ordem dos 72%.

Descrição e avaliação das principais modificações e tendências nos diplomados do ensino superior

Em redacção, dependente do(s) indicador(es) em falta. Será enviado em breve.

Os diplomados e o mercado de trabalho

De acordo com a Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, mais concretamente no seu artigo 162.º, nº 2, todas as Instituições de Ensino Superior deverão disponibilizar informação precisa e suficiente sobre a empregabilidade dos ciclos de estudo ministrados.

Esta medida legislativa incorporou uma mudança significativa na relação que se estabelece entre as Instituições de Ensino Superior e o mercado de trabalho. A partir de 2008 passaram a ser de publicação obrigatória e semestral os dados sobre a procura de emprego dos diplomados do ensino superior, que permite comparar a produção de diplomados no par estabelecimento/curso nos 10 anos anteriores com o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego (<http://www.gpeari.mctes.pt/?idc=172&idt=237>).

Algumas iniciativas a nível local (Instituições de Ensino Superior) foram também tomadas no sentido de acompanhar a evolução da empregabilidade dos seus diplomados, nomeadamente com a constituição de estruturas de acompanhamento regular da situação dos diplomados no mercado de trabalho (Observatórios), como são o caso da Universidade do Minho, da Universidade de Aveiro e do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa. A este nível, e para avaliar variáveis como as remunerações médias, a forma de colocação, as instituições empregadoras ou o tipo de vínculo assumido com estas, apenas localmente é feita a aferição, não existindo um mecanismo ou estrutura governamental que acompanhe este tipo de indicadores à escala nacional.

As instituições de Ensino Superior em Portugal, em regra, para além do acompanhamento regular da empregabilidade dos seus diplomados, também possuem outro tipo de estruturas que permitem apoiar esta relação, nomeadamente gabinetes de apoio à inserção profissional (disponibilizam acções de curta duração para ensinar as boas práticas na elaboração de currículos, na condução de entrevistas de emprego, no processo de negociação salarial, entre outras) e estruturas que promovem a ligação às empresas (apoio à produção de patentes, à criação de start-ups, promoção de apoios/concursos que financiem oportunidades de criação de auto-emprego, entre outras).

O RJIES veio também criar novos actores que promovem a ligação das instituições de ensino superior às escolas, com a introdução de um órgão estratégico que inclui a presença de membros cooptados da sociedade civil, aspecto que reforça os contributos de personalidades ligadas ao mundo laboral e empresarial no sentido de ajustar a estratégia das escolas e do respectivo ensino às necessidades das instituições empregadoras.

Governo e Gestão das Universidades

Breve descrição do sistema de governo do ensino superior

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) é o responsável pela definição, execução e avaliação das políticas nacionais para o Ensino Superior, a Ciência e a Tecnologia.

Este Ministério, e organizações que dele dependem, são os responsáveis pela gestão do Sistema de Ensino Superior e de Investigação e Desenvolvimento, sendo ainda responsável por definir os modos de organização, financiamento, execução e avaliação do Ensino Superior.

Cabe também ao Ministério promover a ligação entre o Sistema de Ensino Superior e Sistema Científico e Tecnológico.

A relação entre o MCTES e as Instituições de Ensino Superior, tem em conta a autonomia científica, pedagógica e, em alguma medida, financeira destas últimas (existem instituições que têm autonomia financeira total). Por conseguinte, o MCTES tem vários órgãos consultivos e executivos, aos quais cabe a função de conceber, executar e avaliar as políticas, de forma a facilitar e optimizar a tomada de decisão.

A criação de Instituições de Ensino Superior depende da aprovação do Governo e do reconhecimento da sua utilidade pública, relevância científica e cultural, de forma a garantir o cumprimento dos objectivos do Ensino Superior, da qualidade do ensino e investigação.

Algumas instituições não são tuteladas exclusivamente pelo MCTES, estando sujeitas a dupla tutela, como é o caso das Instituições Militares e Policiais. Nestes casos particulares, as funções de coordenação de cada Ministério são diferenciadas.

A tutela do Sistema de Ensino Superior Português, ao invés do Sistema de Ensino Básico e Secundário, não possui organismos de natureza regional que superintendam as Instituições de Ensino Superior, estando centralizada no MCTES e outros Ministérios.

Breve descrição e avaliação das formas de governo e gestão das instituições de ensino superior

Os estabelecimentos de ensino superior público gozam de autonomia estatutária, pedagógica, científica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. E os estabelecimentos privados gozam de autonomia pedagógica, científica e cultural, estado abrangido pelo estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

As instituições de ensino superior estão organizadas com os seguintes órgãos de gestão (Lei N.º 62/2007):

Ilustração – Instituições de Ensino Superior (Órgãos de Gestão)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Órgão | Funções | Constituição |
| Conselho Geral | Eleger o Presidente;  Aprovar o regimento;  Aprovar alterações aos estatutos;  Organizar o Procedimento de eleição e eleger o reitor ou presidente;  Apreciar os actos do reitor e do conselho de gestão;  Propor iniciativas que considere necessárias ao bom funcionamento da instituição;  Desempenhar outras quaisquer funções previstas nos estatutos ou lei. | Representantes eleitos dos docentes, investigadores, estudantes.  Personalidades externas de reconhecido mérito, não pertencentes à instituição |
| Reitor (Universidades) ou Presidente (Politécnicos) | Elaborar e apresentar ao conselho geral as propostas de:  - Plano Estratégico de médio prazo e plano de acção para o quadriénio do seu mandato;  - Linhas gerais de orientação da instituição no plano científico e pedagógico;  - Plano e relatório anuais de actividades;  - Orçamento e contas anuais consolidados, acompanhados do parecer do fiscal único;  - Aquisição ou alienação de património imobiliário da instituição, e de operações de crédito;  Criação, transformação ou extinção de unidades orgânicas;  - Propinas devidas pelos estudantes.  Aprovar a criação, suspensão e extinção de cursos;  Aprovar os valores máximos de novas admissões e de inscrições;  Superintender na gestão académica; | Eleito pelo Conselho Geral |
| Conselho de Gestão | Conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira da instituição;  Gestão dos recursos humanos;  Fixar taxas e emolumentos; | Presidente ou Reitor; mais 5 elementos (máximo), incluindo Vice-Reitores, Vice-Presidentes e o Administrador.  Podem assistir sem direito a voto os representantes do pessoal não docente, alunos, responsáveis pelos serviços da instituição e directores das unidades orgânicas. |

Além dos órgãos de gestão as instituições de ensino superior ao nível das escolas devem ter os seguintes órgãos:

* Conselho Científico e Conselho Pedagógico (Ensino Universitário)
* Conselho Técnico-científico e Conselho Pedagógico (Ensino Politécnico)
* Ao nível das Unidades Orgânicas de Investigação deverão ter um Conselho Científico.

Financiamento do sistema de ensino superior

Breve descrição do esquema nacional de financiamento do ensino superior e ID&I e a sua evolução recente

O financiamento do Ensino Superior Público assenta numa relação tripartida entre: o estado e as instituições; os estudantes e as instituições; e os estudantes e o Estado. As bases do financiamento do ensino superior estão previstas na Lei N.º 37/2003 de 22 de Agosto e que revogou a Lei N.º 113/97 de 16 de Setembro e foi alterada pela Lei N.º 49/2005 de 30 de Agosto e Lei n.º 62/2007, que revogou o 17º Artigo que define a competência de definição das propinas.

A relação entre o estado e as instituições públicas recai fundamentalmente na disponibilidade do Estado, tendo como base a lei do Orçamento de Estado, em que este último compromete-se a financiar o orçamento de funcionamento de base das actividades formativas e educativas (Art. 4º, Lei N.º 37/2003).

O financiamento directo pelo Estado está dependente dos relatórios da avaliação, das características de cada instituição, indicadores de excelência e critérios previamente definidos.

O orçamento de funcionamento de cada instituição pública de ensino superior é calculado segundo uma fórmula baseada em critérios de excelência e qualidade, tais como:

* a relação padrão pessoal docente/estudante;
* a relação padrão pessoal docente/pessoal não docente;
* incentivos à qualificação do pessoal docente e não docente;
* os indicadores de qualidade do pessoal docente de cada instituição;
* os indicadores de eficiência pedagógica dos cursos;
* os indicadores de eficiência científica dos cursos de mestrado e doutoramento;
* os indicadores de eficiência de gestão das instituições;
* a classificação de mérito resultante da avaliação do curso/instituição;
* estrutura orçamental, traduzida na relação entre despesas de pessoal e outras;
* despesas de funcionamento;
* a classificação de mérito das unidades de investigação;
* resultados da classificação dos cursos e da instituição, das unidades de investigação e os indicadores de eficiência pedagógica e científica dos cursos.

O Estado pode também estabelecer programas especiais de investimento das instituições, através de contratos-programa e contratos de desenvolvimento institucional.

Os contratos têm como principais objectivos:

* melhoria da qualidade;
* desenvolvimento curricular;
* racionalização do sistema;
* reforço e manutenção de infra-estruturas e equipamentos;
* financiamento complementar de estabelecimentos e organismos com reconhecido impacte histórico, social ou cultural;
* modernização da administração e da gestão das instituições;
* parcerias entre as instituições de ensino superior, entre estas e as instituições de ensino secundário e entre aquelas e outras entidades públicas ou privadas.

Os contratos-programa têm uma duração máxima de 5 anos e têm de ser co-financiados pela instituição em 20%, assentando fundamentalmente no desenvolvimento das condições pedagógicas e científicas da instituição, tais como a qualificação do pessoal docente, a promoção da investigação e do sucesso escolar, a criação de cursos em áreas prioritárias e encerramento de cursos não prioritários (ou desajustados às necessidades do mercado), entre outras.

No caso de contratos de desenvolvimento institucional, estes possuem uma duração mínima de 5 anos e têm como principal objectivo o desenvolvimento institucional a médio prazo, estando fundamentalmente ligados a investimentos ao nível das infra-estruturas e equipamentos.

No que concerne à relação entre a instituição e os estudantes, esta formaliza-se, em traços largos, através do pagamento por propinas (taxa de frequência). As receitas que emanam das propinas são receitas próprias da instituição e revertem para o acréscimo de qualidade do Sistema.

Cada instituição, pode ainda candidatar-se a vários fundos e projectos, como projectos europeus, que auxiliam a financiar as suas actividades de ID&I, entre outras.

O Financiamento da ID&I fortemente apoiado pelo estado, através de programas como o Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação (POCTI) e o e do Programa Operacional Sociedade da Informação (POSI), e ao nível do financiamento plurianual e de projectos das unidades de ID&I através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia. Estas unidades estão em grande parte associadas a instituições de ensino superior. As unidades de investigação podem ser Laboratórios de Estado (11), Laboratórios Associados (25) ou Centros de Investigação Científica (378), estas instituições estão regulamentadas pelo Regime Jurídico das Instituições de Investigação (Decreto-Lei 125/99) que inclui dois importantes diplomas para a reforma e o reforço das instituições de investigação científica e tecnológica: o Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica (Decreto-lei 123/99) e o Estatuto da Carreira de Investigação Científica (Decreto-lei 124/99).

Estas unidades são também financiadas através de fundos europeus e empresas, fundamentalmente através dos projectos que desenvolvem.

O regime de bolsas de estudo está regulamentado através do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (Despacho n.º 14474/2010) e regulamenta o financiamento dos estudantes de licenciatura e mestrado (1º e 2º ciclo), sendo que os estudantes de doutoramento são abrangidos pela Lei nº 40/2004, o regime jurídico dos bolseiros de investigação. Para se candidatarem a bolsas de estudo é necessário cumprir os requisitos base (Decreto -Lei n.º 129/93) e cumprirem as regras de aproveitamento escolar, cumprir pelo menos 50% dos créditos ECTS do ano anterior.

Despesa anual, pública e privada no ensino superior em % do PIB

Indicador em falta.

Modalidades de atribuição dos recursos públicos às instituições de ensino superior públicas

O financiamento público de instituições públicas pode ser feito de várias formas previstas na lei (Lei N.º 37/2003 de 22 de Agosto alterada pela lei n.º 49/2008). Estas formas enquadram-se no Financiamento Directo e estão previstas no Orçamento de Estado (na quota atribuída ao funcionamento das instituições) e através de Programas Orçamentais Plurianuais. Esta tipologia contratual pode ser traduzida em Contratos-Programa (duração até 5 anos) ou em Contratos de Desenvolvimento Institucional (duração mínima de 5 anos). Cf. Capítulo anterior.

O financiamento das instituições de ensino superior públicas parte dos princípios da equidade e democraticidade, estando previsto, em Orçamento de Estado, para todas as instituições públicas. Em casos particulares de não cumprimento dos padrões de qualidade e eficácia pedagógica e científica, o financiamento directo dessas instituições pode ser reduzido.

Podem também as instituições procurar financiar algumas actividades através de candidatura a programas do governo associados à modernização da função pública, I&D e melhoria da qualidade.

Descrição e quantificação de outras fontes de financiamento das universidades públicas

Indicador em falta.

Esquemas de financiamento de Bolsas e créditos estudantis

A política de acção social escolar atribui condições e competências aos Serviços de Acção Social dos estabelecimentos do Ensino Superior (Universitário e Politécnico). Estes podem conceder apoios sociais directos (bolsas e fundos de emergência) aos estudantes socialmente desfavorecidos, deslocados ou portadores de deficiência e indirectos (serviços de alojamento, refeições, saúde e apoio a actividades culturais e desportivas) a todos os estudantes (Despacho n.º 14474/2010).

As bolsas de estudo são atribuídas por ano lectivo, até ao máximo de 10 meses, aos estudantes economicamente carenciados (com rendimento mensal do agregado familiar inferior a 1,2 x RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida) ou portadores de deficiência e com aproveitamento escolar (pelo menos 50% dos créditos do ano anterior). Podem também ser atribuídos complementos relacionados com os estudantes deslocados da sua residência ou com necessidade de recorrer a transporte público para se deslocar para a mesma.

Algumas instituições privadas atribuem bolsas e ajudas, tendo regras próprias não regulamentadas pelo governo.

Modificações recentes nas modalidades de financiamento das Instituições de Ensino Superior

Desde 2005 que a lei de bases do financiamento do ensino superior não sofre alterações, exceptuando a revogação do Artigo 17º da Lei n.º37/2003, referente à competência de fixação de propinas que foi revogado pela Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro, definindo a partir dessa data que a competência para definição das propinas nas instituições públicas cabe ao conselho geral.

Financiamento público de instituições de ensino superior privadas

O financiamento público das instituições privadas é regulado pela mesma legislação que o ensino público (Lei N.º 37/2003 e Lei N.º 49/2005).

O Estado pode financiar as iniciativas das instituições privadas quando, no desempenho efectivo das suas funções previamente reconhecidas como de interesse público, estejam integradas no plano de desenvolvimento educativo, comprometendo-se a fiscalizar a aplicação das verbas concedidas verificando se os objectivos são cumpridos.

O estado poderá conceder financiamento às instituições através de contrato para cumprimento de programas de qualificação dos docentes, apoios à investigação, incentivos ao investimento e apoio a projectos prioritários em áreas relevantes social e economicamente, por exemplo:

* apoio a projectos e cursos de grande qualidade, em áreas prioritárias e com reconhecido interesse público;
* apoio à acção social dos estudantes;
* apoio na formação de docentes;
* incentivos ao investimento;
* apoio à investigação;
* bolsas de mérito a estudantes com desempenho excepcional.

Análise das tendências e evolução dos modelos de financiamento do ensino superior.

Em redacção, dependente do(s) indicador(es) em falta. Será enviado em breve.

Síntese geral

Em redacção, dependente do(s) indicador(es) em falta. Será enviado em breve.

BIBLIOGRAFIA

CONCEIÇÃO, Pedro, DURÃO, Diamantino, HEITOR, Manuel & SANTOS, Filipe (1998) Novas Ideiais Para a Universidade, Lisboa: IST Press.

DGES (sem data) Estrutura e titulaciones do ensino superior en Portugal <http://www.oei.org.es/homologaciones/portugal.pdf>

ENQA (2001) Institutional Evaluations in Europe, Helsinki: ENQA

ENQA (2003) Quality procedures in European Higher Education; Helsinki: ENQA

ENQA (2009) Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area, 3rd Edition.

EURYDICE & EUROSTAT (2009) Key Data on Education in Europe 2009, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities;

EURYDICE (2005) Focus on the Structure of Higher Education in Europe 2004/05 - National Trends in the Bologna Process, Bruxelas: Eurydice;

EURYDICE (2006) National summary sheets on education systems in Europe and ongoing reforms, Bruxelas: Eurydice;

EURYDICE (2008) Estrutura dos Sistemas de Ensino, Formação Profissional e Ensino para Adultos na Europa 2006/2007, Bruxelas: Eurydice;

HIS (2004) Eurostudent Report 2005; Hannover: HIS;

MCTES (2004) Desenvolvimento da Educação em Portugal – Ensino Superior, Lisboa: Editora do Ministério da Educação, Volume II;

MCTES (2006) Tertiary Education in Portugal, Lisboa: MCTES;

OCDE (2007) Reviews Of National Policies For Education: Tertiary Education in Portugal.

OCES (2003) Programas de Formação Avançada de Recursos Humanos em C&T (1990-2002); Lisboa: OCES;

OCES (2004) Índice de Sucesso Escolar no Ensino Superior Público: Diplomados Em 2002-2003, Lisboa: OCES;

OCES (2004) O Sistema do Ensino Superior em Portugal 1993 – 2003 <http://www.oces.mctes.pt/?id_categoria=47&id_item=95451&pasta=61>

OCES (2006) Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional - IPTCN (Estatísticas Oficiais)

OECD (2010) Education at a Glance 2010. Paris: OECD;

PILE, Marta & TEIXEIRA, Isabel (1998) "Avaliação das Universidades: a experiencia do IST", in Novas Ideias para a Universidade, Lisboa: IST Press.

ROSA, Maria João & AMARAL, Alberto (2008) "Evaluation Reports: Do They Contribute to Quality Improvement?", in Essays in suportive Peer Review.

ROSA, Maria João & SARRICO, Cláudia (2007) "Qualidade e Acreditação no Ensino Superior: Modelos e Tendências Actuais, in Seminário Qualidade e Avaliação.

SANTOS, Sérgio Machado dos, (2008) “Qualidade E Avaliação Interna – Responsabilidade Inalienável Das Instituições De Ensino Superior”

SANTOS, Sérgio Machado dos, (2009), Análise Comparativa Dos Processos Europeus Para A Avaliação E Certificação De Sistemas Internos De Garantia Da Qualidade, A3ES

SIMÃO, J.V., SANTOS, S.M. & COSTA, A.A. (2005). Ambição para a Excelência – A Oportunidade de Bolonha, Gradiva, Lisboa.

UNESCO (1997) ISCED 97 - Internacional Standart Classification of Education;

1. Mestrado Integrado 1º ciclo + 2º ciclo [↑](#footnote-ref-1)